

Descrições da América: História Natural, circulação de ideias e a formação territorial do Brasil (séculos XVI ao XVIII)

Descriptions of America: Natural History, circulation of ideas and the territorial formation of Brazil (16th to 18th centuries)

Heloisa Meireles Gesteira

*Pesquisadora Titular MAST/MCT – PPGHIS UNIRIO
Professora do Departamento de História PUC-Rio
heloisagesteira@mast.br*

Resumo: Chama-nos atenção nas narrativas sobre o Novo Mundo o destaque dado às descrições sobre elementos da natureza como parte constitutiva das crônicas, particularmente aquelas elaboradas entre os séculos XVI e a primeira metade do XVIII. O mesmo pode ser verificado nos relatos produzidos pelos missionários da Companhia de Jesus que atuaram no Brasil. A produção do conhecimento sobre o mundo natural americano fez parte das estratégias de conquista e ocupação das novas terras. A partir das cartas, crônicas entre outros escritos analisaremos como o texto dos missionários entre outros colonos contribuíram para a delimitação geográfica do *Brasil*. Estes homens que tiveram a experiência de viver na América portuguesa e acabaram por compartilhar e forjar, ao nosso ver, uma unidade geográfica sob o nome de Brasil, ainda que este espaço no século XVI fosse uma extensa linha costeira limitada a Leste pelo Atlântico e a Oeste pelo meridiano de Tordesilhas. Desta forma, acreditamos que ao delimitar o espaço em seus escritos, os missionários, senhores de engenho e funcionários do Estado contribuíram diretamente na conquista e construção do território português na América.

Palavras Chaves: Descrições da América, História Natural, descrições da América.

Abstract: One notable thing in the descriptions of America is the presence of the elements of nature, specially between the 16th and the 17th centuries. The same feature can be found in the letters and chronicles written by the jesuits missionaries in Portuguese America. The production of knowledge about the natural world was one of the strategies of conquer and occupation of the coastline. Using the letters as a starting point, our intention in this article is to show how those texts, written by missionaries and colonists, contributed to the delineation of the geographical limits of Brazil. Sharing the experience of living in America, they had an importante role in the construction of the Portugueses territory in the New World.

Keywords: America's descriptions, Natural History, territory.

As descrições geográficas ganharam destaque relevante nas crônicas e narrativas sobre o Novo Mundo. Este fenômeno articulava-se ao impulso que os argumentos ambientalistas, cujas raízes remontam à antiguidade, receberam durante a Idade Média e o Renascimento, intensificando-se ainda mais a partir do contato dos europeus com a natureza americana (CAPEL, 1999: 81). Essa tradição, presente nas teorias médicas, filosóficas e políticas desde a antiguidade, tendia a relacionar as condições naturais ao temperamento, caráter e inteligência dos homens, hierarquizando, desta forma, toda a humanidade. Ao longo dos primeiros séculos da conquista da América percebemos que muitos escritos foram produzidos por missionários, comerciantes, senhores de engenhos e funcionários da coroa. Porém, no que concerne às informações sobre as novas terras e seus recursos, não é difícil constatar a influência da História Natural como modelo, e no cruzamento destes textos com a experiência dos homens e instituições que tinham seus interesses enraizados na América que percebemos uma articulação entre estes escritos e a formação de uma unidade geográfica conhecida como Brasil.

2

História Natural e as descrições da América

Em agosto de 1553, cumprindo ordens do superior Inácio de Loyola no sentido de padronizar as cartas que deveriam ser periodicamente enviadas dando notícias das missões jesuíticas espalhadas pelos quatro continentes, o padre Juan de Polanco enviou missiva aos provinciais de várias paragens do Império português, entre eles o Padre Manoel da Nóbrega, na província do Brasil. O objetivo era fornecer instruções sobre o conteúdo das cartas, estas deveriam contemplar os seguintes aspectos: o número de residência da Companhia, quantos viviam em cada uma delas, o que faziam para a edificação da Ordem. Dentre os assuntos que deviam ser tratados pelos missionários, alguns diziam respeito às informações sobre “la region donde está, en que clima, a quantos grados, que venzidad tiene la terra, como andam vestidos, que comen, (...) y que costumbres (...)” (POLANCO *apud* LEITE, 1954: 520).

Em particular as cartas ânuas e trimestrais deveriam conter dados sobre o cotidiano nas diferentes missões jesuíticas espalhadas pelo império português. Em primeiro lugar, informações sobre a região, mais precisamente sua localização na Terra, como atesta a demanda sobre a exatidão do grau (de latitude) em que se encontra. Em

seguida, as informações sobre o clima e, posteriormente, sobre os habitantes, seus costumes e alimentação. O que pode parecer hoje a reunião de elementos dispersos - uma vez que engloba aspectos do conhecimento desde a astronomia, a geografia até a etnografia - à época compunha uma via para o conhecimento que caracterizava a História Natural ainda sob influência dos escritos da antiguidade, em especial Plínio. Vistas em conjunto, a astronomia, a geografia, a botânica e a história eram fatores necessários para se alcançar o verdadeiro conhecimento sobre um lugar e seus habitantes. Não é por acaso que podemos perceber nas narrativas históricas, nas crônicas, um lugar reservado às descrições da natureza, bem como o oposto, ou seja, textos de História Natural que reservam uma parte para descrever os costumes das populações locais. Por isto, acreditamos que o exotismo da natureza americana não seja o único fator explicativo da sua presença nas cartas, relatos e crônicas sobre o Novo Mundo. Vale acrescentar que os descobrimentos de novas terras e novas espécies provocaram um alargamento do espaço dedicado às descrições minuciosas da natureza antecedendo as crônicas e narrativas históricas. Como exemplo, cito os trabalhos de dois missionários da Companhia de Jesus: o “Tratado da terra e das gentes do Brasil” (1625), de Fernão Cardim, e a “Crônica da Companhia de Jesus no Brasil” (1663), do padre Simão de Vasconcelos.

Desde a fundação da Companhia de Jesus, houve uma preocupação com a regularidade e a função da correspondência entre os seus membros. Inácio de Loyola instituiu a *bijuela*, que era uma separata das cartas onde apareciam os problemas institucionais e administrativos, de caráter particular. Esta parte da epístola se diferenciava das notícias edificantes, que poderiam ser compartilhadas por pessoas de fora da Companhia. Assim, as cartas eram, a um só tempo, meio de comunicação, informação, controle institucional e, sobretudo, edificação. As cartas tinham o intuito de registrar o dia a dia do trabalho dos missionários da Companhia de Jesus na América portuguesa, contendo informações sobre a natureza, os hábitos indígenas e a situação das missões, e “a retórica utilizada em sua redação era similar à da literatura de relatos de viajantes do início da Idade Moderna. Os autores utilizavam a autoridade do testemunho ocular para reforçar a veracidade e a fidedignidade histórica de suas narrativas” (EISENBERG, 2000: 56). O que nos parece, entretanto, é que para além da retórica comum, as cartas e os relatos de viagem foram influenciados pela tradição da História Natural, como modelo para conhecer e, em alguns casos, ordenar os objetos dispostos pelo mundo. Os cenários naturais eram em si mesmos elementos

imprescindíveis para se bem conhecer os diferentes lugares, sua exata localização, sua geografia, seus habitantes e respectivos costumes (LENOBLE, 1990; JARDINE, 1997 e ATRAN, 1990).

Antes mesmo das instruções enviadas por Polanco, algumas cartas já traziam estas características, logo após desembarcar na cidade de Salvador no ano de 1549, Manoel da Nóbrega escreveu aos seus confrades em Coimbra dando notícias sobre as terras do Brasil. Registrou particularmente suas qualidades positivas:

Es muy sana y de buenos ayres, de tal manera que con ser la gente mucha y tener mucho trabajo, y aver mudado los mantenimientos con que se criaron, adolescen muy pocos y esos que adolescen luego son sanos. Es tierra muy fresca, de ynvierno templada, y el calor de verano no se siente mucho. (NOBREGA *apud* LEITE, 1954: 135)

4 Nesta carta Nóbrega não descreveu nenhum fruto em particular, mas a comparação com o conhecido, neste caso, com os frutos de Portugal e Espanha, apareceu nas suas observações, assinalou que a formosura das terras e bosques eram como um jardim e, por fim, notou que muitos dos pomos não eram conhecidos por Plínio, uma das autoridades das narrativas de História Natural nos séculos XVI e XVII, e encerrou reconhecendo a grandeza do Criador, elemento também característico dos escritos sobre os objetos da natureza neste período. A referência a uma autoridade da antiguidade destacando a superação da experiência também é uma tônica que se verifica nas narrativas sobre o Novo Mundo.

Tienes muitas frutas e de diversa maneras, e muy buenas y que tienen poca embidia a las de Portugal. Muere en el mar mucho pescado e bueno. Los montes parecen hermosos jardines e huertas, y ciertamente nunco yo vi tapiz de Flandres tan hermoso, en los quoales andam animales de muy diversas maneras, de los quales Plinio ni escribió ni supo. Tiene muchas yervas de diverso olor e muy diferentes de las d'España, e ciertamente bien resplandesce la grandeza, hermosura y saber del Criador en tantas, tan diversas y hermosas criaturas. (NÓBREGA *apud* LEITE, 1954: 135)

Finalmente os homens da terra. Nóbrega mencionou apenas os índios e registrou os seus costumes e o que mais lhe chamou a atenção foi o fato de que uma

terra tão charmosa podia abrigar seres humanos tão incultos: “Mas es mucho d’espantar tan buena tierra averla dado tanto tiempo a gente ton inculta e que tan poco lo conosco, porqu ningún dios tienen cierto y qualquiera que li dizen ese cren.” (NÓBREGA *apud* LEITE, 1954: 136). Nesta carta, de 1549, embora Nóbrega ainda acredite que a conversão dos índios ao catolicismo não seria tarefa árdua, registra seu espanto diante do canibalismo, que segundo ele se aproximava mais de atitude irracional e animalesca do que de um rito.

Sendo esta carta de Nóbrega um dos primeiros registros de missionários jesuítas atuando em terras americanas pertencentes ao rei de Portugal, e escrita antes daquela do padre Polanco, em 1553, já podemos perceber que a estrutura das cartas se aproxima de outras formas narrativas sobre as terras distantes, em especial as crônicas. Uma descrição, ainda que breve, sobre o lugar, suas qualidades e características, dos seus frutos e animais, seguido de informações sobre os costumes dos seus habitantes. As descrições da natureza ocupavam um lugar nos relatos e crônicas sobre o América portuguesa escritos pelos jesuítas, e, como a forma e estrutura, seguiam o modelo da História Natural, especialmente o aristotélico, conforme difundido no ocidente europeu pelos trabalhos de Plínio, bastante utilizados como referências em parte dos textos aqui analisados.

A abordagem da história social das ciências, ao nosso ver, contribui para novas interpretações da vida cultural da América portuguesa uma vez que fornece instrumental que permite analisar as crônicas e cartas levando em conta como os saberes disponíveis à época eram apropriados pelos missionários e outros agentes sociais para construir seus relatos sobre o Novo Mundo, neste sentido, pretendemos questionar a ideia de isolamento cultural dos trópicos, sobretudo quando se trata de circulação de ideias eruditas.

Um outro ponto que consideramos importante é notar como, ao descrever o lugar, os textos sobre a América portuguesa contribuíram, à sua maneira, para a construção de uma unidade espacial chamada Brasil que guardava características peculiares, como demonstraremos a seguir. Se o Brasil como unidade política e territorial não existia de fato até o século XIX, as crônicas e relatos colaboraram, ao lado de representações cartográficas, para forjar uma unidade geográfica que fora batizada como Brasil desde o século XVI (CORTESÃO, 1965; MORAES, 2000). Se nos relatos escritos ao longo dos séculos XVI e XVII a unidade não passava de uma tênue linha costeira, esta linha aos poucos foi penetrando os sertões da América,

chegando em meados do século XVIII a delinear um contorno mais alargado do que aquele demarcado pelo Tratado de Tordesilhas. Este espaço dilatado será reivindicado pela coroa portuguesa nos tratados assinados com outros estados europeus ao longo dos setecentos: os tratados de Utrecht (1713-1715), de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777), para citar o mínimo.

Por tudo isto, consideramos que as cartas, os relatos, as crônicas entre outras narrativas sobre o Novo Mundo, ao utilizarem o modelo de organização da História Natural contribuiram de forma peculiar para a delimitação de um espaço chamado Brasil, elemento que demonstraremos por meio dos escritos de alguns homens que viveram na América portuguesa e que tinham interesses aqui enraizados. O conjunto de trabalhos, que será analisado nesta reflexão, frequentemente inicia suas narrativas definindo o lugar por meio de sua localização geográfica, utilizando as coordenadas de latitude e longitude, seguido das características e qualidades da Terra. Por isto, achamos curioso que, ao se estabelecerem na parte da América administrada pelos portugueses, entre 1630 até 1654, os neerlandeses também representam e descrevem o Brasil como uma linha contínua na costa do continente sul americano. Em *História Natural e Médica das Índias Brasil*, por exemplo, o médico Guilherme Piso assim define a região que iria estudar em sua obra:

O continente Brasil com razão é julgado a maior e mais excelente parte de todo o Novo Mundo: sendo acuradamente examinado, será tido por não menos aprazível e saudável. (...) Observando-se a situação e configuração, corre do segundo grau, nas proximidades do Equador, até além do trigésimo grau quarto grau de latitude e tem a forma de um triângulo alongado, cuja base é para o Oriente, voltando-se os ângulos para o Equador e o Setentrião. Daquela base se estende em linha reta para o Ocidente, de sorte que o ângulo extremo é absorvido pelas ignotas regiões do Meio Dia. O lado voltado para o Oriente entesta com os etíopes ocidentais, havendo de permeio um mar vastíssimo. Daí resulta que a terra é habitada não só com vantagens para a saúde e vida, como por prazer do espírito (PISO, 1658: 30-31).

Como observado e analisado por Jaime Cortesão, os mapas confeccionados pelos portugueses representam um espaço a ser conquistado pelos colonos em nome da coroa portuguesa, argumento desenvolvido em *História do Brasil nos Velhos Mapas* (1965). Observamos que a costa se estende desde a embocadura do Amazonas até o

estuário do Prata. Contrasta-se ainda o litoral, todo assinalado, com o interior apenas com a indicação de alguns rios.

Os relatos sobre o Brasil tendem até inícios do século XVIII a defini-lo como uma unidade geográfica. Demonstraremos como além da continuidade espacial que se constrói nos relatos aqui analisados, embora os autores reconheçam uma autonomia administrativa entre as diferentes partes, outros elementos também contribuem para o entendimento do Brasil como uma unidade, são eles a fauna, a flora e, sobretudo, o clima. Unidade esta que acreditamos ser reforçada pela presença do modelo da História Natural como elemento ordenador dos textos, especialmente entre os séculos XVI e XVII. A maior parte dos textos aqui analisados foram escritos por jesuítas, mas trabalharemos também com material produzido por outros agentes sociais, no sentido de reforçar a existência de um certo consenso sobre os limites da América portuguesa. Em comum o fato de que os autores por nós escolhidos tiveram a experiência de viver na colônia.

Em carta escrita no ano de 1560, com o objetivo de enviar notícias de São Vicente ao padre Diego Leynes, em Roma, José de Anchieta iniciou a correspondência informando que para melhor atender às demandas de seus superiores escreveria sobre “as coisas de cá, dignas de admiração ou desconhecidas nessa parte do mundo”. É possível inferir que Anchieta leu a carta do padre Polanco acima referida. Se não, provavelmente recebeu as instruções para seguir a estrutura ali presente. Anchieta informou que falaria apenas da parte do Brasil batizada por São Vicente “que dista da equinocial para o Sul, vinte três graus e meio, medidos de Nordeste a Sudoeste”. Informando sua localização, depois de se desculpar por não “explicar nela a aproximação e afastamento do sol, o curso dos astros, a diversa inclinação das sombras, as fases da Lua” por não ter nunca estudado essas “coisas”, assinala que tais “coisas” não diferem muito da Europa (ANCHIETA *apud* LEITE, 1954, apêndice I). Embora os textos aqui analisados nem sempre tenham informações astronômicas, é importante salientar que as observações sobre o céu dos lugares, bem como o movimento dos astros, deveriam fazer parte dos relatos, pois era elemento primordial para o conhecimento acurado das diferentes partes da Terra. Não é por acaso que nos textos de História Natural a astronomia e a localização dos lugares em termos de zona (fria,

temperada e tórrida) deveriam vir em primeiro lugar. Anchieta seguiu seu relato dando notícias detalhadas sobre as condições climáticas de São Vicente, o que inclui Piratininga. Colheu dados sobre a variedade das estações do ano, que são consideradas pelo missionário invertidas quando comparadas às da Europa, e relatou sobre as características das chuvas. Encerrou o trecho informando sobre o solstício de verão e inverno e da influência das condições climáticas sobre a saúde dos homens:

Aos 13 de Dezembro, o sol chega a Piratininga completando o seu curso, dia que é o mais comprido, em que não há nenhuma inclinação das sombras, tem 14 horas, e não passa mais para o Sul, mas torna a voltar para o Norte e na sua volta costumam sobrevir os grandes calores e febres que molestam o corpo com dor de ilhargas. O dia 11 de junho é o mais pequeno, em o Sol está mais longe de nós e dura (como creio) dez horas desde o nascer ao por do Sol. Isto quanto ao tempo, agora passemos as outras coisas. (ANCHIETA *apud* LEITE, v. III, apêndice: III)

8

Precisar a localização por meio das observações astronômicas e as informações que daí podem ser recolhidas, conforme demonstrado por Patrícia Seed em seu livro *Cerimônias de posse na conquista europeia da América (1492/1640)* (1999), foi uma prática adotada pelos navegantes portugueses na época dos descobrimentos. Para o entendimento dos descobrimentos como conceito histórico consideramos importante analisar as viagens do ponto de vista intelectual, e de que forma elas provocavam um alargamento nos horizontes do saber, assegurando, por exemplo, a confecção de produtos, textos e imagens, sobretudo cartográficas, que possibilitavam o recolhimento de informações sobre vários pontos do globo que passaram a conectar espaços distantes ao mundo europeu. Desta coleta, muitas vezes foram confeccionados textos e imagens que não podem ser entendidos por nós apenas como registro das conquistas, mas como elementos que de maneira peculiar operam e participam da expansão, assim, as crônicas, os textos de História Natural, os mapas, sobretudo quando impressos e distribuídos são instrumentos ativos da própria conquista, eles próprios engendram o espaço representado (GARCIA & ALMEIDA, 2014).

Embora os relatos portugueses tenham, em sua maioria, permanecido sob a forma de manuscritos, isto não diminui o papel que os impressos operaram, em especial no continente europeu. Em Portugal, as informações sobre a experiência das navegações

deveriam ser mantidas em segredo, para garantir a exclusividade sobre tudo aquilo que Luiz Filipe Barreto chamou de o saber da marinharia: cartas, roteiros de viagem, conhecimento sobre as condições de navegação, enfim, todo tipo de informações que davam acesso às novas terras, como se a posse das informações garantisse por si só a posse dos territórios. Entretanto, isto não impediu que relatos e mapas funcionassem como instrumento para a reivindicação das possessões portuguesas na América.

Voltemos à carta de Anchieta. Mesmo considerando os seus limites em relação à astronomia, o missionário buscou fazê-lo dentro das suas possibilidades, o que não desvaloriza a iniciativa do seu registro. Pode-se, portanto, observar que havia uma continuidade da cultura dos descobrimentos no processo de conquista das novas terras que não se restringia à costa e nem tampouco a prática do registro era monopólio dos homens que agiam diretamente subordinados à coroa. Esta constatação nos permite perceber como circulou por meio destes escritos uma ideia de Brasil que reunia as diferentes partes, ainda que numa tênue linha na costa e que não poderia ser efetivamente traduzida numa unidade política, mas sim geográfica.

Além da localização, Anchieta faz uma breve descrição de alguns animais e plantas. Dominar, por assim dizer, aquilo que poderia ser peculiar de um determinado lugar no globo era também importante e estratégico, ainda mais quando o produto natural (plantas e animais) poderia ser convertido em artigos de luxo para o mercado Europeu ou poderia ser utilizado como novos produtos medicinais. O modelo descritivo adotado para informar sobre os animais e plantas era também inspirado na História Natural. Em primeiro lugar o nome. Quando a espécie era nativa da América, além do nome em português vinha em língua indígena, como por exemplo, o animal preguiça ou *aig*. Em seguida, os detalhes sobre a forma do animal, sublinhando as semelhanças com espécies já conhecidas e informando sobre o tamanho e a cor. Finalmente, sua “função” na ordem natural, neste item era comum informar sobre os atributos das diferentes espécies para a vida humana. Forma e função estavam estreitamente ligadas na compreensão dos objetos existentes na Terra, conforme tradição da antiguidade. Este procedimento pode ser notado na descrição do tamanduá:

(...) de corpo maior que um cão grande; mas curto de pernas, (...) a língua estirada com três palmos de comprido na porção que pode deitar fora, sem contar a que fica dentro (que eu medi); e deitando-a fora, costumam estender

nas covas das formigas, e, assim que estas a enchem inteiramente e recolhe para dentro da boca. (ANCHIETA *apud* LEITE, 1954, v. III: X)

Há um trecho da carta no qual Anchieta faz referência à lhama e relata que soube desta espécie que vive “longe daqui, no sertão para os lados do Peru” graças a “um nosso irmão que naquelas partes andou muito tempo”. Segundo Serafim Leite, o irmão era Antonio Rodrigues. Para a composição de sua epístola, o missionário utilizou relatos de seus confrades que transitavam por outras paragens do continente americano, garantindo a um tempo a circulação e ampliação dos dados coletados. Interessante notar que neste momento da narrativa o missionário remete o leitor para as “crônicas do Peru que correm em espanhol” (ANCHIETA *apud* LEITE, 1954, v. II: XII). O movimento nos mostra que estas informações, ao mesmo tempo em que eram remetidas para Europa, circulavam entre os missionários na América, garantindo não apenas o controle, mas sobretudo a troca de dados coletados em vários pontos do continente americano. Não se deve minimizar a estrutura da Companhia de Jesus no sentido de facilitar as trocas de manuscritos e de livros no interior da Ordem, além disto, a troca poderia se dar também pela transmissão oral. Fazendo com que parte das informações permanecessem sob controle daqueles que viviam na América, como já dito anteriormente.

10

Prosseguindo sua narrativa, nos últimos parágrafos da carta, Anchieta menciona algumas árvores e plantas, sempre chamando atenção para o aspecto medicinal de cada uma delas, a única planta que é referida pelo nome é a mandioca, base alimentar indígena, e que desde os primórdios foi incorporada à dieta da sociedade colonial. Outras plantas são apenas descritas. E, por fim, a referência à missão: “Entretanto, pedimos aos que acharem gosto em ler ou ouvir estas coisas que queiram ter o trabalho de rezar por nós e pela conversão deste país.” (ANCHIETA *apud* LEITE, 1954, v. II: XVII).

Representações da natureza e a delimitação do Brasil

A expansão europeia ocorrida em direção ao Novo Mundo marcou também o alargamento da soberania dos Estados sobre espaços contíguos e, neste caso, distantes do centro de poder, localizados em outro continente. As diversas formas de representar áreas do ecúmeno, em mapas, gravuras e também por meio de crônicas sobre os lugares,

ainda mais quando associavam os espaços às autoridades, foram, durante o processo de ocupação e conquista da América, um instrumento bastante eloquente da conquista. A narrativa de uma viagem, ou o relato de uma experiência registrada em cartas, ajudavam na reivindicação da posse sobre terras, sobretudo em áreas disputadas, como no caso do estuário do Prata, teatro de tensões entre as coroas de Portugal e Castela desde o século XVI até às vésperas do processo de independência. Em carta escrita pelo governador do Estado do Brasil, Tomé de Souza, este informou ao rei de Portugal sobre a colocação de marcos desde São Vicente até o Rio da Prata. Desta forma deu conta das suas atividades:

Foi-se agora descobrindo pouco e pouco que esta povoação, que se chama a cidade de Assunção, está muito perto de São Vicente e não devem passar de 100 léguas, porque pela altura se chegou claramente. Parece-nos cá a todos que esta povoação está na demarcação de V. Alteza; e se Castela isto negar, mal pode provar que é Maluco [Molucas] seu. (...) De São Vicente até o Rio da Prata estão algumas armas de Castela em algumas partes. Mandei-as tirar e deitar no mar e pôr as de V. Alteza. (SOUZA *apud* CORTESÃO, 1956, v. 1, 273)

11

Interessante notar que, por meio da “altura”, Tomé de Souza coloca a cidade de Assunção como dentro dos espaços de soberania do rei de Portugal fazendo referência às Ilhas Molucas, mencionando, ainda que indiretamente, o Meridiano de Tordesilhas. Embora até os últimos decênios do século XVIII o método de precisar a longitude não fosse seguro, os erros frequentemente traduziam os interesses políticos. Não nos interessa discutir até que ponto ao escrever esta carta Tomé de Souza sabia ou não que boa parte das terras ao sul de São Vicente estava fora da linha de demarcação, mas sim o fato de que ele afirma que ao rei de Portugal pertencia uma boa porção da costa Oriental da América do Sul, pelo menos até o Prata, onde os portugueses fundariam a colônia do Sacramento em 1682, um pouco mais de um século após a carta de Tomé de Souza.

Desde os escritos de Jaime Cortesão sobre a influência do mito da Ilha Brasil na geopolítica implementada pelos reis de Portugal na América, que o autor explora na cartografia lusa sobre o Brasil dos Quinhentos e Seiscentos, a tese de que a unidade geográfica teve um peso significativo na História do Brasil vem sendo reforçada, pelo

menos do ponto de vista dos interesses do Estado, como analisado por Antonio Carlos Robert de Moraes (2000) em trabalhos sobre a formação territorial brasileira. Percebe-se que a ideia de uma continuidade geográfica não aparece apenas nos mapas, mas também se consolida nos relatos de agentes sociais que estavam envolvidos com a ocupação das terras sob administração de Portugal na América, não refletindo apenas os interesses do Estado, conforme apontado nos trabalhos mencionados. Chama-se atenção, entretanto, que esta unidade não foi construída apenas pelo Estado, mas que era compartilhada e ao mesmo tempo reforçada pelos colonos.

Ao escrever sobre a Província do Brasil, em 1585, José de Anchieta reconheceu a autonomia administrativa entre as oito capitanias que compunham a Província (Tamaracá, Pernambuco, Baía, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente), afirmou que todas eram portos de mar e vilas, que pertenciam a particulares, exceto a Baía e o Rio de Janeiro, que eram cidades d'el Rei. Anchieta localizou uma a uma pela latitude, por exemplo, a “vila chamada Olinda; (...) dista da Equinocial oito graus e da Baía cinco” o que, aliás, aproximava a província do Brasil ao estilo dos roteiros de viagem. Da mesma forma que tais roteiros, Anchieta localiza os lugares pela determinação da latitude. Isto permitiria, inclusive, que seus leitores mais peritos localizassem o lugar na Terra a partir das características climáticas que a dividiam em cinco zonas: duas frígidas, duas temperadas e uma tórrida. Além disto, ao discorrer sobre a terra e o clima desta Província, Anchieta acaba por contribuir para forjar a ideia de uma unidade geográfica sob o nome de Brasil:

O clima desta província do Brasil é geralmente muito temperado, de bons e delicados ares e muito sadios, aonde os homens vivem muito, até oitenta, noventa e mais anos, e a terra está cheia de velhos. Não tem frios nem calores grandes, os céus são muito puros, máxime à noite; a lua é mui prejudicial à saúde e corrompe muito as coisas, as manhãs são salutíferas, tem pouco de crepúsculo porque em amanhecendo logo sai o sol de em pondo-se anoitece. É terra desleixada e remissa e algo melancólica e por esta causa os escravos e os índios trabalham pouco e os portugueses quase nada e tudo se leva em festas, convívios e cantares, etc., e uns e outros são mui dados a vinhos e facilmente se tomam dele e os portugueses não o tem por afronta e desonra e os convívios que se dão nesta terra, além de serem muitos e ordinários, são de grande custo e neles se fazem muitos excessos de comeres esquisitos. (ANCHIETA, 1946: 27-28)

Observamos que o clima, embora fosse diverso em certas partes do Brasil, como o próprio Anchieta havia experimentado e registrado em carta escrita em 1560 - anteriormente mencionada neste artigo -, aqui neste relato a unidade é reforçada tanto pelo clima quanto pela qualidade da terra e sua influência sobre o comportamento dos homens que viviam na região. O que permite afirmar que, de alguma forma, o missionário percebia uma unidade qualitativa entre as partes: as capitanias, mesmo que divididas, no conjunto podiam ser representadas sob o nome de Brasil. Esta mesma passagem aparece no *Tratado da Terra e do Clima do Brasil* escrito por Fernão Cardim:

O clima do Brasil geralmente é temperado e de bons, delicados, e salutíferos ares, donde os homens vivem muito até noventa, cento e mais anos, e a terra é cheia de velhos; geralmente não tem frios, nem calmas, ainda que o Rio de Janeiro até São Vicente há frios, e calmas, mas não muito grandes (CARDIM, 1980: 25).

Os trechos idênticos encontrados em vários escritos poderiam nos levar a considerar estas repetições como plágio, porém, era uma prática comum à época. As descrições acerca do mundo natural poderiam se repetir em vários textos, sendo impossível estabelecer a autoria, estas recorrências eram legítimas na escrita da História Natural entre os séculos XVI e XVII. Em relação aos textos que descrevem o Novo Mundo, tal fenômeno atesta a existência de uma circulação de informações entre os missionários jesuítas na América portuguesa, que poderia ser concretizada por meio das trocas epistolares e que contava com o apoio institucional da Ordem. A acumulação e sistematização do conhecimento sobre a fauna e a flora americanas aparecem também nas observações sobre as virtudes das plantas, onde o método descritivo era adotado pelos missionários:

Nana - essa erva é muito comum, parece-se com a erva babosa, e assim tem as folhas, mas não tão grossas e todas em redondo estão cheia de uns bicos muito cruéis; no meio dessa erva nasce uma fruta como pinha, toda cheia de flores de várias cores muito formosas (...), a fruta é muito cheirosa, gostosa, e uma das boas do mundo, muito cheia de sumo e gostoso, e tem sabor de melão ainda que melhor e mais cheiroso, e boa para doentes de pedra, e para febres muito prejudicial. (...) também se fazem em conserva, e cruas

desenjoam muito no mar, e pela manhã com vinho são medicinais (CARDIM, 1980: 42).

O procedimento descritivo de Cardim era um padrão presente em textos de História Natural da época. A organização dos capítulos na obra de Cardim revela a preocupação em ordenar o conhecimento adquirido sobre o Novo Mundo. Particularmente ao que se refere às plantas, está assim dividido: “Das árvores que dão fruto”, “Das árvores que servem para medicinas”, “Dos óleos que usam os Índios para se untarem”, “Das árvores que têm água”, “Das árvores que servem para madeira”, “Das ervas que dão fruto e se comem” e “Das ervas que servem para mezinhas”. Além dos dois capítulos que tratam das propriedades terapêuticas das espécies, o missionário - que serviu durante muito tempo e morreu na América portuguesa - não deixou de ressaltar o interesse terapêutico de cada uma delas. A classificação dos produtos naturais era sempre feita levando em consideração o proveito dos diversos objetos para a vida humana. Cardim descreveu separadamente cada capitania em sua narrativa epistolar, no Tratado, porém, considerou o Brasil como um todo, o que nos permite, mais uma vez, verificar a persistência da ideia de uma unidade desta província oferecida pela sua natureza.

14

Não apenas nos escritos jesuíticos percebe-se esta tendência. Senhor de engenho que viveu na Bahia, Gabriel Soares de Sousa escreveu o *Tratado Descritivo do Brasil* em finais do século XVI. Soares de Sousa nasceu em Portugal e se estabeleceu na cidade de Salvador em 1570, onde residiu por dezessete anos, tornando-se proprietário de terras no recôncavo, às margens do rio Jequiçá. Segundo Varnhagen, ele herdou de seu irmão, João Coelho de Sousa, um roteiro que resultou de expedições realizadas para o sertão do São Francisco, onde poderia ter descoberto metais preciosos e até diamantes. Com o intuito de receber apoio e licença para realizar viagens para o sertão, Soares de Sousa se dirigiu a Madri, e, como parte das estratégias de convencimento, escreveu este texto sobre as potencialidades do Brasil. Deste texto foram localizadas cópias manuscritas em arquivos e bibliotecas de Portugal e Espanha. Segundo Varnhagen, o trabalho só foi impresso e publicado no século XIX. A riqueza de detalhes que Soares de Sousa enumera em seu texto sobre a costa do Brasil deixa transparecer que algumas informações sobre as novas terras descobertas circulavam entre os colonos, e que estes, muitas vezes, tentavam influenciar nas decisões relativas à política colonizadora por

meio de escritos que eram remetidos para Europa, como foi a intenção de Soares de Sousa com seu tratado, em especial nesta passagem:

Em reparo e acrescentamento estará bem empregado todo o cuidado que sua majestade mandar ter deste novo reino, pois esta capaz para edificar nele um grande império, o qual com poucas despesas d'este reino se fará tão soberano que seja um dos Estados do mundo, porque terá de costa mais de mil léguas, como se verá por este tratado no tocante a cosmografia d'ele cuja terra é quase toda muito fértil, mui sadia, fresca e lavada de bons ares, e regada de frescas e frias águas. (SOUZA, 1938: 2).

Além de podermos notar a ideia de continuidade espacial uma vez que Soares de Sousa aponta a vantagem de se construir um império que teria muitas léguas de costa, sublinha qualidades positivas de toda a terra. Assim, a natureza também complementa a ideia de uma unidade sob o nome de Brasil, que acreditamos ser compartilhada por colonos efetivamente envolvidos com a ocupação e a conquista da América, conforme o caso de Soares de Sousa, que retornou à Bahia com o título de “capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de São Francisco” (VARNHAGEN, 1938: XIX). Soares de Sousa segue informando sobre a localização geográfica do Brasil:

A província do Brasil está situada além da linha equinocial da parte sul, debaixo da qual começa ela a correr junto ao rio que se diz das Amazonas; onde se principia o norte da linha de demarcação e repartição, e vai correndo esta linha pelo sertão desta província até 45 graus, pouco mais ou menos. (SOUSA, 1938: 4).

Ainda referindo-se à localização e extensão da província do Brasil, o autor menciona o meridiano de Tordesilhas, que deveria ser marcado a partir da Ilha de Santo Antão, a mais ocidental das Ilhas de Cabo Verde, lançando-se dali uma

(...) linha meridiana de norte a sul, que ficassem as terras e ilhas que estavam por descobrir para parte do Oriente, da coroa de Portugal, e lançada esta linha mental como está declarado, fica o Estado do Brasil da dita coroa, o qual se começa além da ponta do Rio das Amazonas da banda de oeste pelas

terras dos caribas, d'onde se principia o norte d'esta província, e indo correndo esta linha pelo sertão d'ela ao sul parte o Brasil e conquistas d'ele além da Bahia de São Mathias, por 45 graus, mais ou menos, distante da linha equinocial, e altura do Polo Antártico. E esta conta tem de costa mil e cinquenta léguas, como pelas cartas de Pedro Nunes, que nesta arte atinou melhor que todos no seu tempo (SOUSA, 1938: 4).

16 A referência a Pedro Nunes como argumento de autoridade para defender a extensão das terras do Brasil, mesmo durante a União Ibérica, é para nós significativa, pois acreditamos que isto reforça a ideia de que, precisamente em termos geográficos, o Brasil formava uma unidade geográfica na América, ainda que composta por partes autônomas. Matemático e cosmógrafo português de renome na primeira metade do século XVI, Pedro Nunes escreveu trabalhos sobre a arte de navegar e foi responsável pela tradução para o português da obra de Johannes de Sacrobosco, *O tratado da esfera*, livro que transmitia parte do conhecimento matemático necessário para a Astronomia, e que no contexto das navegações oceânicas era necessário para a localização de uma embarcação e manter o rumo a partir da determinação da latitude e da longitude, de qualquer parte da Terra, por meio do uso de instrumentos, especialmente o astrolábio. Além deste, Pedro Nunes escreveu e publicou textos sobre os métodos para confecção de cartas de marear.

Como já assinalado, desde início do século XVI, circularam na Europa algumas cartas e notícias sobre o Brasil onde o estuário do Prata aparecia a Leste de Tordesilhas, pertencendo assim aos portugueses. Por isto, em conjunto com mapas, os escritos sobre o Brasil contribuíram para a construção da ideia de uma unidade geográfica das possessões portuguesas na América, ideia esta compartilhada pelos agentes envolvidos com a expansão portuguesa na América, e talvez mesmo construída por eles em seus relatos e cartas. Não queremos afirmar que estes homens compartilhavam um mesmo projeto político, ou mesmo que suas intenções eram a mesma. Apenas sugerimos que em termos da produção de um território não se deve menosprezar o papel destes agentes sociais, e não apenas conferir ao Estado português este feito.

O *Tratado descritivo do Brasil* apresenta um roteiro minucioso da costa. Após fazer referência basicamente à região da Bahia, as partes finais são dedicadas à fauna, à flora e aos habitantes naturais. Nestes trechos mais uma vez foi adotada a forma

descritiva da História Natural. Inspirado provavelmente no modelo Plínio, Soares de Sousa ora falou das grandezas da Bahia em particular, ora mencionou a natureza do Brasil como um todo. Cada produto apresentado foi minuciosamente descrito. O nome indígena sempre que possível era indicado, bem como as semelhanças entre as espécies já conhecidas na Europa: “Comecemos logo a dizer sobre as cobras a que os índios chamam jiboia” (SOUSA, 1938: 304) ou “N’estes matos se cria um animal meio estranho que os índios chamam *ahy* e os portugueses preguiça” (SOUSA, 1938: 301). Os animais e insetos são apresentados a partir de sua utilidade, se comestível ou peçonhento, se selvagem ou se passível de domesticação. No caso das plantas o autor fornece dados precisos sobre a forma, a cor, os frutos e usos para a vida humana, desde aspectos práticos, com o caso dos cipós (útil para cordas e telhados) e principalmente as virtudes medicinais. O aspecto do maravilhoso aparece apenas em alguns casos, não é a tônica do seu escrito, pelo menos em relação à natureza.

Pacoba é uma fruta natural desta terra a qual se dá em uma árvore muito mole e fácil de cortar, cujas folhas são de doze e quinze palmos de comprimento e de três e quatro de largo. (...) Na Índia se chamam a estas pacobeiras figueiras, a ao fruto figos. (...) Os negros da Guiné são mais afeiçoados a estas bananas que as pacobas (...). Dão-se estas pacobas assadas aos doentes em lugar de maçãs. (...) Quem cortar atravessadas as pacobas ou bananas, ver-lhes há no meio uma feição do crucifixo, sobre o que contemplativos tem muito que dizer (SOUSA, 1938: 208-209).

Lembremos que durante os séculos XVI e XVII era recorrente o fato de animais e frutos representarem os lugares, e estes elementos são por vezes gravados em mapas e não são meramente ilustrativos nem simplesmente preenchem espaços vazios e desconhecidos, mas criam imagens e divulgam informações sobre os lugares, em especial as novas terras que eram anexadas aos Estados europeus. Como os mapas, os escritos também acabaram reforçando este tipo de prática, pois forneciam informações sobre os lugares que foram anexados à órbita europeia durante os séculos XVI e XVII, neste caso, o Brasil.

Embora parte dos textos portugueses tenha permanecido em forma de manuscrito, como o caso deste e de outros documentos, não devemos menosprezar o fato de que eles tinham algum potencial de circulação, ainda que restrito, ainda mais se

comparado ao texto impresso. Afora isto, pode-se inferir que a troca de informações entre os colonos poderia ocorrer pela transmissão oral.

Atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão, escrivão do contratador do dízimo do açúcar e dono de engenho que viveu entre as capitanias de Pernambuco e Paraíba, entre os últimos anos do século XVI e as primeiras décadas do Seiscentos, o *Dialogo das grandezas do Brasil* também nos fornece exemplo sobre o controle que os homens que viveram na América portuguesa tinham sobre seus recursos naturais, ainda que, como outros escritos, este também tenha permanecido manuscrito até o século XIX. A primeira edição completa da obra saiu na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, na década de 1880, sendo publicado em partes nos números 28, 31, 32 e 33 deste periódico. *Dos Diálogos...* foram identificadas duas cópias, uma na Biblioteca Nacional de Lisboa e a outra na Biblioteca da Universidade de Leiden (CORTESÃO, s.d.: 20).

Escrito em forma de diálogo, estilo recorrente à época e herdado da cultura renascentista, o texto faz uma envolvente defesa do Brasil como a principal porção do império português, ainda que escreva nos anos do domínio espanhol. A polêmica sobre a qual o diálogo se desenvolve entre Brandônio, morador e experiente nos negócios do Brasil e Alviano, recém-chegado do reino e com ideias negativas sobre estas terras. O autor se dedicou majoritariamente em seu texto às capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá, área em que provavelmente viveu e transitou. Mas, falou de todas as capitanias, desde Maranhão até São Vicente, fornecendo a latitude de cada uma delas. O tema do primeiro diálogo (ao todo são seis) se constrói a partir do questionamento das qualidades das terras, o neófito afirma que se estas fossem boas, não se cultivaria apenas açúcar na região, a resposta de Brandônio é imediata:

Pois assim vos enganais; porque a terra é disposta pera se haver de fazer nela todas as agriculturas do mundo pela sua muita fertilidade, excelente clima, bons céus, disposição do seu temperamento, salutíferos ares, e outros mil atributos que se lhe ajuntam (BRANDÃO, s.d.: 45).

Ou ainda mais adiante quando Brandônio defende que no Brasil, que neste caso se estende desde a entrada do rio das Amazonas até São Vicente, desde o litoral incluindo o sertão, poderia ser construído um grande império ou reino, uma vez que todas as suas terras têm qualidades positivas para a natureza humana,

Desde o Pará ou rio das Amazonas, que está situado na linha equinocial, até a capitania de São Vicente, ha de costa case setecentas léguas, e de Norte a Sul, contado por rumo direito, quatrocentas e vinte léguas; terra bastantíssima pera se poder situar nela grandes reinos e impérios. (...) e o que mais espanta é ver que toda esta grande costa, assim no sertão como nas fraldas do mar, tem excelentíssimo céu e goza de muito bons ares, sendo muito sadia e disposta para conservação da natureza humana (BRANDÃO, s.d.: 77).

Uma vez isto esclarecido, a “pobreza” do Brasil, segundo Brandônio, explicava-se pela negligência dos homens que habitavam a região, sobretudo os colonos portugueses, e não pelas condições naturais, em particular o fato de estar situada na zona tórrida, tema que ocupa todo o segundo diálogo, e que aqui nos interessa em particular porque, ao falar da situação do Brasil, ou “destas terras”, o autor não se dedica a nenhuma das partes em especial, mas ao todo. Alviano atribuiu sua crença na insalubridade do Brasil ao fato de que a maior parte de suas terras estava localizada na zona tórrida, a qual, como ele refere, os antigos consideravam inabitável pelo seu temperamento. Brandônio refuta explicando que

Verdade é que a tórrida zona aonde cai grande parte desta costa do Brasil, foi julgada dos antigos por inabitável pelo muito calor que imaginavam devia haver nela, da qual hoje já temos experimentado o contrário, porque a achamos tão temperada e conforme pera a humana natureza, que bem se puderam largar as outras duas temperadas pelas incomodidades das injúrias, que nelas faz a mudança dos tempos a seus habitadores, causa de tantas enfermidades e buscar esta por ser habitação tão acomodada, que a temperança do calor e frio anda tão regulada que não vemos nunca alterar mais num tempo que noutro (BRANDÃO, s.d.: 95).

Como já observado por Jaime Cortesão, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, nesta parte o autor dos *Diálogos* demonstra conhecimento sobre as teorias da geografia e cosmografia em voga. Refuta as teorias de Claudio Ptolomeu, Lucano e Averoe quando estes afirmam que a zona tórrida era inabitável devido ao intenso calor provocado pela incidência direta do Sol, que duas vezes ao ano passa a 90 graus. A partir da divisão do Globo em cinco zonas delimitadas pelos paralelos de latitude, a saber o

Equador, e os trópicos de Câncer e Capricórnio, e do temperamento de cada uma delas, compartilha a ideia de que havia uma forte influência exercida pelo clima sobre a vida do homem na Terra. Como argumento de autoridade para sua afirmativa, cita autores que reconheciam a possibilidade de viver na zona tórrida: Avicena, Pedro Paduense, Alberto Magno. Entretanto, cabe ressaltar que todos eram unânimes em considerá-la insalubre para a vida humana, tanto física quanto intelectualmente.

Nesta parte de seu trabalho, Brandão critica os autores da antiguidade que não admitiam a vida humana nas proximidades do Equador, e considera que este erro se explicava pela falta de experiência, uma vez que por não conhecerem a zona tórrida, em especial a costa do Brasil; ignoravam também os seus ventos, que eram responsáveis pela manutenção do equilíbrio da temperatura durante todo o ano, o que fazia destas terras um lugar mais sadio do que as zonas consideradas temperadas e superior à região da África que lhe era similar. Assim, os ventos eram responsáveis pela diferença entre o temperamento do Brasil e o da Guiné, uma vez que o primeiro recebia ventos dos mares puros e saudáveis, e a segunda do interior do continente, trazendo as impurezas que emanavam da terra aquecida. Sustenta seu argumento informando que “Saturno e Diana, planetas por qualidade frios, fazem nesta parte mais influência, por se comunicarem nelas por linhas mais retas”, referindo-se aqui às leituras sobre a “declaração da esfera de Sacro Bosco” (BRANDÃO, s.d.: 96). A salubridade foi sustentada em sua argumentação pelo fato de que alguns autores, Brandônio aqui não cita nomes, consideraram a possibilidade de existência do paraíso terreal nestas paragens.

A maior parte das doenças que afligem os homens nesta região da América são consideradas por Brandônio como resultado da vinda dos negros da Guiné e de alguns portugueses para o Novo Mundo, e, ainda assim, os remédios oferecidos pela natureza apresentam eficácia surpreendente nos tratamentos, como é o exemplo da erva santa para combater o mal do bicho.

Autor da *História do Brasil até o ano de 1627*, Frei Vicente do Salvador, no capítulo terceiro, intitulado “Da demarcação da terra, e costa do Brasil com a do Peru e Índias de Castela”, menciona as disputas e o acordo assinado entre as coroas de Portugal e Castela em 1494. Ao reconhecer que a partir da Ilha de Santo Antão deveria se medir 370 léguas e neste ponto traçar uma linha meridiana de Norte a Sul, desta linha para o Oriente, as terras deveriam pertencer a Portugal, e para o Ocidente as terras seriam da coroa de Castela, Frei Vicente acrescenta que

Conforme a isto diz Pedro Nunes, famoso cosmógrafo, que a terra do Brasil da cora de Portugal começa além da ponta do rio das Amazonas da parte do Oeste no Porto de Vicente Pizon que demarca dois graus da linha equinocial para o Norte, e corre pelo sertão até além da Baía de São Mathias, por quarenta e quatro graus, pouco mais ou menos, para o sul, e por esta medida tem o Brasil pela costa mil e quinhentas léguas (esta seria a extensão da costa). Na teoria a prática é não chegar o Brasil mais que até o rio da Prata (SALVADOR, 1918: 18-19).

Mais uma vez o nome do cosmógrafo português aparece como argumento de autoridade, ainda que, na teoria, para a determinação da extensão das terras portuguesas na América. A costa brasileira estaria limitada a sul pelo rio da Prata. Após a delimitação, o clima e qualidade reforçam a unidade sob o nome de Brasil. Mais adiante, ao falar dos vários descobrimentos realizados na costa brasileira, aparecem separadamente em cada capítulo as capitânias, desde São Vicente, passando por Porto Seguro até o Maranhão. Mesmo que a divisão administrativa se limitasse ao sul a São Vicente, é interessante notar que o rio da Prata aparece como área portuguesa na América, o Brasil.

Como já mencionamos, as crônicas eram um estilo de escrita muito próximo à narrativa histórica, e tinham como parte constitutiva páginas sobre a descrição da natureza do lugar onde os acontecimentos que seriam narrados ocorreram, sobretudo aquelas dedicadas ao Novo Mundo. A novidade da natureza americana operou um alargamento do trecho sobre o lugar nos relatos e crônicas a partir do século XVI. Como já foi notado por outros autores, em particular Horacio Capel (1999), os descobrimentos contribuíram significativamente para uma transformação no conhecimento geográfico durante a Época Moderna, momento onde ele reconhece um estreitamento entre ambientalismo e História, herança dos pensadores da antiguidade, nomeadamente Hipócrates, Aristóteles e Plínio, onde os hábitos, cultura e as doenças dos habitantes de uma região eram explicados, entre outros fatores, pela localização do lugar na Terra. Entre os autores que apresentamos até agora, bem como para Vasconcelos, conhecer as características de um lugar não podia ser entendido apenas como uma curiosidade em relação ao novo, mas era uma forma importante de enquadramento, e no momento da conquista e disputa por áreas no Novo Mundo, acreditamos que o próprio texto era um meio de dominação. É preciso atentar, porém, que no momento que nos interessa, a

História Natural era um modelo para organizar os saberes sobre os lugares. Numa mesma obra e escrito por um mesmo autor, reunia-se o que hoje chamamos de Astronomia, Geografia, Botânica, Zoologia e mesmo a Etnografia. O que gostaríamos de enfatizar em nosso trabalho é que ao delimitar um espaço, estes textos, escritos por colonos e missionários, contribuíram ativamente na construção da representação espacial do Brasil como unidade desde os primórdios da ocupação. Embora muitas vezes a narrativa histórica contida nestes trabalhos se dedique a lugares específicos, a região, como tão bem observado por Ilmar Mattos (1986), desde muito cedo se forjou sob o nome Brasil toda a área que deveria cair sob soberania portuguesa que os homens que ocuparam e souberam também reforçar e alargar durante o período da União Ibérica (MORAES, 2000). Além disto, o tipo de argumentação e as informações também sugerem uma circulação de informações entre os colonos americanos.

Voltemos aos jesuítas pela crônica de Simão de Vasconcelos. Jesuíta que viveu na América portuguesa na segunda metade do século XVII, em sua *Crônica da Companhia de Jesus no Brasil*, Vasconcelos registrou os feitos dos seus confrades nesta região. Na introdução deixou claro que antes de iniciar a narrativa histórica propriamente dita, era importante informar ao leitor, “não por estilo, mas por necessidade” sobre “que região é, quando e como foi descoberta, quais sejam suas qualidades, seus climas, suas gentes, seus costumes” (VASCONCELOS, 1864: 5). A obra de Vasconcelos contém uma parte intitulada “Livro Primeiro das Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil”. Aqui, o autor organizou as notícias sobre os descobrimentos das terras e descreveu as características geográficas e físicas do lugar, o Brasil.

Escrita após a Restauração portuguesa, quando as contendas entre as coroas ibéricas a respeito das possessões americanas ganharam destaque nas discussões diplomáticas, consideramos curioso o fato de Vasconcelos sugerir que Colombo teria recebido notícias da existência de terras desconhecidas de um piloto que estava à beira da morte. Este teria “demarcado” novas áreas em sua carta de marear e passado esta a Colombo. Achamos o caso eloquente pelo próprio significado dos descobrimentos como meio de reivindicação de posse por parte dos monarcas de Espanha e Portugal. (VASCONCELOS, 1864: 7). Por considerarmos o texto de Vasconcelos como uma contribuição para a construção do espaço denominado Brasil, tais notícias, de fato, reforçavam o argumento da posse, uma vez que para os padres da Companhia, que atuaram em aliança com a monarquia portuguesa na América, o Brasil representava

todo o espaço que deveria pertencer à área de soberania lusa, onde os jesuítas reivindicavam o direito à missão e, não raro, conseguiram privilégios, mesmo que em meio a inúmeros conflitos com os colonos. O nome das possessões portuguesas aparece pela primeira vez quando Vasconcelos conta sobre os descobrimentos, e incorpora a interpretação sugerida por Frei Vicente do Salvador, segundo a qual a terra fora batizada de Terra de Santa Cruz, mas a cobiça dos homens fez com que o nome mudasse para Brasil (VASCONCELOS, 1864: 10).

Conhecedor dos debates sobre a partilha das terras americanas entre os reis de Portugal e Castela, Vasconcelos registra a variedade da determinação dos lugares por onde o meridiano de Tordesilhas, ao qual se referia como “linha imaginária ou mental”, cortaria o Novo Mundo. Este deveria situar-se a 370 léguas da Ilha de Santo Antão em direção Oeste. Mas a partir daí as divergências eram muitas e variavam, de 25 a 55 graus de longitude a partir daquele ponto, uma vez que “os compassos de uns andam mais, e menos liberais os de outro, ou de propósito” (VASCONCELOS, 1864: 13), o que podia ser facilmente detectado nas diferentes disposições da linha nas cartas geográficas. Simão de Vasconcelos não nos informa sobre as cartas geográficas que viu, se as consultou ou apenas tinha conhecimento das disputas pela determinação da linha de Tordesilhas. Mas, afora os inúmeros textos que menciona ter tido acesso, o que sublinhamos é o seu posicionamento em relação à disputa e os argumentos que lista.

Em primeiro lugar, não em ordem de importância, a referência a Pedro Nunes, que diz

A Província do Brasil começa a correr junto do Rio das Amazonas, onde se principia o Norte da linha da demarcação, e repartição (fala da nossa que corta o sertão do Brasil) e vai correndo pelo sertão desta província até 45 graus, pouco mais ou menos: ali se fixou marco pela coroa de Portugal (VASCONCELOS, 1864: 14).

O autor não informa de onde exatamente retirou a passagem, e mesmo atribuindo-a ao matemático, o texto pode ser de seu próprio punho e o que mais importa é que a referência a Pedro Nunes aparece como argumento de autoridade para determinação do meridiano de Tordesilhas garantindo que “está de posse o Brasil das terras, que corre por costa desde o grão Rio das Amazonas, até o da Prata” (VASCONCELOS, 1864: 13). Assim, o padre defende a posição de que os dois rios,

sobretudo as terras que corriam na Costa, pertenciam a Portugal. O conhecimento geográfico ainda precário do sertão permitiu que se construísse uma ideia de que o Amazonas e o Prata se encontrassem no interior das terras, fechando como chave de prata as terras pertencentes ao Brasil. Como se pode ler neste trecho:

Dá este (o Prata) a mão ao Grão-Pará, naquele grande lago, de que nascem, como já dissemos: ou seja isto em sinal da conformidade com que reinam, ou seja como dando palavras um ao outro da resolução, com que defendem as terras do Brasil (VASCONCELOS, 1864: 21).

Ou ainda: “Estas são em breve as notícias toscas e sumárias dos dois gigantes dos Rios do Brasil, e Imperadores, sem lisonja, de todos os do mundo: e defensores, e como chaves, e balizas de todo este Estado” (VASCONCELOS, 1864: 21).

Outro argumento utilizado pelo jesuíta são as expedições à costa patrocinadas por D. Manuel e, após sua morte, D. João III: Vasconcelos refere-se aqui às viagens de Américo Vespúcio, Gonçalo Coelho, Christóvão Jacques, Pero Lopes de Sousa e, seu irmão, Martim Affonso de Sousa. Estas, no conjunto, garantiram o “descobrimento” da costa, o que significava registrar, em primeira mão, a existência de portos, rios, enseadas, sair em terra, colocar nomes, marcos e “investigando particularmente a bondade e qualidade das gentes e das terras.” (VASCONCELOS, 1864: 15). Estas visitas garantiram o registro de vários pontos da costa, desde o Amazonas até um pouco além do estuário do Prata. Em alguns casos, os ditos “cosmógrafos” informam sobre a colocação de marcos em nome do rei de Portugal. Entre os portugueses e espanhóis, os descobrimentos e principalmente o seu primeiro registro eram importantes para reivindicar o direito de domínio sobre as regiões ultramarinas, ainda que, no caso do continente americano, o espaço em litígio não fosse habitado por europeu, mas apenas pelo “gentio”.

O registro dos diversos pontos da costa americana em cartas e roteiros de viagem eram documentos preciosos que permitiam a construção do próprio espaço ultramarino bem como seu controle à distância. Ainda que este controle não se estabelecesse de forma absoluta, estes trabalhos contribuía para que o espaço descrito fosse identificado a um determinado poder, neste caso a monarquia portuguesa, ainda mais quando certas informações circulavam em textos ou mapas impressos ou manuscritos. Feitos em nome do rei de Portugal, sobretudo quando a viagem era

patrocinada pela coroa, estes documentos, os roteiros e cartas náuticas, registravam o lugar a partir de sua latitude seguido de informações geográficas e populacionais. Ao descrever os vários pontos da costa, o texto de Vasconcelos se aproxima de um roteiro de viagem sempre mencionando a posição geográfica, informando a latitude, citando as características físicas dos lugares que dão forma ao Brasil e, quando possível, o grupo humano que habita a área. Sempre fundamenta suas informações dando crédito aos “cosmógrafos”, sem nomeá-los; usa, entretanto, o ofício como argumento para legitimar suas informações. Mesmo quando Vasconcelos informa sobre a coleta de dados geográficos junto aos índios, como foi o caso da experiência de Pedro Teixeira na confecção da carta do Amazonas e da crônica do padre Cristóvão de Alcuña, quando viajaram pelo rio, a autoridade do “cosmógrafo” é evocada na defesa de seu argumento.

Finaliza o trecho reforçando o tamanho, em léguas, da costa do Brasil que pertencia ao Rei de Portugal, e mais uma vez cita Pedro Nunes, que colocava o meridiano de Tordesilhas cortando a América a 45 graus da ilha do Ferro, um dos pontos de referência bastante utilizados à época:

E por aqui temos visto a costa toda do Brasil de 1050 léguas, mais ou menos, segundo o computo de vários, pelo que estamos de posse. Porém como a linha que corre o sertão (como no início dissemos) vai sair mais avante junto a baía de S. Mathias, corre mais a terra do Brasil da boca do Rio da Prata 170 léguas ao sul, segundo a opinião dos que concedem 45 graus, especialmente o D. Pedro Nunes, cosmógrafo do Rei D. Sebastião, o mais insigne de seus tempos: e na última ponta da baía de S. Mathias, na terra que chamam de marco, e tradição se meteu o de nossas aramas de Portugal, e vem ficar de 44 para 45 graus (VASCONCELOS, 1864: 32).

A leitura de Vasconcelos, como dos outros autores por nós aqui analisados, nos leva a perceber como os colonos não estavam alienados da geopolítica colonial e sabiam como se posicionar diante das opções dadas. Para nós, o que nos chamou atenção na leitura é como elementos da História Natural, da Matemática e da Astronomia da época foram manipulados por Vasconcelos, tanto nas descrições da natureza como também na delimitação do espaço, como é o caso da menção a Pedro Nunes; a frase, segundo notaram nossos cosmógrafos, é recorrente na narrativa que abre a Crônica.

Após a descrição minuciosa da costa, é interessante a forma pela qual Vasconcelos deu notícias da paisagem, numa perspectiva vista pelo mar, com uma vista

aos navegantes, falou sobretudo da Serra do Mar, “que inicia ao sul de Ilhéus e desce 400 léguas até o Rio da Prata, ora próxima, ora apartada do litoral”. De acordo com sua intenção nesta primeira parte da obra, o objetivo de Vasconcelos foi registrar detalhadamente a natureza das terras do Brasil, o cenário onde o desafio da missão se desenrolou. Mas podemos ler este trabalho como expressão de uma intenção territorial. Ao falar da paisagem, em particular da beleza das montanhas que cortam os reinos de Granada, Quito, Chile e Peru, Vasconcelos indica a leitura dos capítulos dos livros de Antonio Herrera, *História das Índias*, e do Padre da Companhia Affonso e Ovalle, *História do Chile*, onde há descrições destas montanhas, e declara veementemente que “Tratem aqueles embora da parte que lhes toca, que nós tratamos aqui do que cabe às nossas 400 léguas, que não são menos prodigiosas” (VASCONCELOS, 1864: 33). A descrição do lugar era permeada e impregnada da dimensão política, por isto consideramos que as crônicas, como os outros textos aqui apresentados, eram elementos imprescindíveis para assegurar as conquistas ultramarinas, ainda mais de áreas ainda não povoadas pelo processo de colonização e ocupação do Novo Mundo. Justamente por ter o cuidado de descrever lugar da ação jesuítica, neste caso os limites portugueses na América, não podemos deixar de considerar o texto de Vasconcelos como elemento de construção do território luso americano, o Brasil.

Outros elementos do texto também forjam uma unidade, o nome, a natureza e o clima da terra. Vasconcelos inicia o trecho definindo as terras da América pertencentes a Portugal. Primeiro listou os nomes atribuídos a esta porção do Novo Mundo, que acabou ficando conhecida como Brasil. Depois definiu sua substância, porém, mesmo reconhecendo a importância de informar sobre as qualidades da América como um todo, mais uma vez restringe seu relato ao Brasil:

Quanto à substância, havia muito que dizer em defesa, e abono da terra do Brasil; e muito mais de toda a América: porém por escusar grandes processos, direi sumariamente, e somente da parte que toca ao Brasil. E para eu haver de arrazoar de justiça sobre as bondades de que Deus a dotou, é necessário desfazer primeiro suas calúnias: para o que protesto que em todo o direito são partes suspeitas as outras três partes do orbe; porque é certo que conspiraram em outro tempo todos os Sábios da Europa, África e Ásia, em

aniquilar, e desacreditar em tudo esta quarta parte do mundo (VASCONCELOS, 1864: 88).

Aqui seu diálogo era como a tradição filosófica de sua época. Vasconcelos destaca a herança dos escritos de Aristóteles, ao qual se referiu como o “príncipe” acompanhado por seus discípulos (entre eles Plínio, Virgílio, e São Tomás) que, pela divisão do Globo terrestre em zonas, determinou que esta “quarta parte” do orbe, a Zona Tórrida, que ficava entre os dois paralelos dos solstícios (trópicos de Câncer e Capricórnio), seria toda ela “inútil, seca, requeimada, e incapaz de fontes, rios, pastos, e arvoredos; e por conseguinte deserta para sempre, e inabitável aos homens, pelos excessivos ardores causados da proximidade do Sol, que anda sempre sobre ela” (VASCONCELOS, 1864: 88). Este fenômeno era explicado pela ação direta dos raios do Sol. Mas para Vasconcelos a experiência acabou demonstrando o contrário do que diziam os “antigos”, e pela ação dos ventos, mas também, elemento que recentemente foi discutido por Carlos Ziller Camenietzki, por uma tradição que situava o paraíso terreal próximo ao Equador, entre os autores estão Erastóstenes, Ptolomeu, Avicena.

Mas a experiência direta de viver na América era determinante no argumento de Vasconcelos. Ele cita o exemplo do Rio de Janeiro, que durante o período do ano em que o Sol está mais oblíquo coincide com o tempo de estio, de *secura*; e ao contrário do que afirmavam os antigos, quando o Sol incidia diretamente, o período era de intensas chuvas. Explica os fenômenos fazendo menção ao fogo que esquentava o alambique: quanto maior o calor, mais produz vapor e, em decorrência, o líquido retorna em gotas, em chuvas. Outra razão para o equilíbrio: a duração das noites e dos dias e a vizinhança do mar. Tudo isto, em conjunto, fazia da América uma terra benigna. Porém, Vasconcelos passa a tratar somente do Brasil:

os que negaram as propriedades, vinham ao mesmo que negar o ser; porque, segundo Aristóteles, as propriedades são as mostras do ser. E é certo, que a mesma experiência que nos mostrou o ser do Brasil, nos mostra juntamente a perfeição das propriedades dele: e são estas tais, que parecerão incríveis aos que não viram (VASCONCELOS, 1864: 94).

Considerações finais

Embora parte dos escritos portugueses tenha permanecido sob forma de manuscrito isto não significa que eles não tenham circulado, ainda que de forma restrita, sobretudo num momento em que a cultura impressa já havia se consolidado. Entretanto, o leitor hodierno não deve cair na armadilha que a não publicação seja um indício de descaso por parte do Estado ou mesmo como indicação de uma certa negligência intelectual dos portugueses em relação ao espaço ultramarino, até porque é preciso lembrar, mais uma vez, que nem sempre temos como medir o potencial de circulação de tais trabalhos à época, mas, sem dúvida, eles atestam que havia uma intensa circulação de informações sobre os recursos da natureza e do lugar, como o caso de Gabriel Soares de Sousa, que parece ter vivido basicamente na Bahia e conseguiu elaborar uma descrição detalhada da costa do Brasil, e que na verdade o texto que conhecemos é o resultado do trabalho de Varnhagen a partir da compilação de várias cópias manuscritas encontradas em arquivos diversos.

28

O que fica claro na leitura deste material é que estes escritos não podem ser apartados dos interesses de seus autores, sejam ligados à Companhia de Jesus ou a setores da sociedade, como os comerciantes e senhores de engenho. Neste sentido, podemos ler os textos dos autores aqui citados como projetos ligados aos interesses não apenas do Estado português, mas muito pelo contrário, representavam à sua época uma defesa deste espaço, inclusive sublinhando suas vantagens para a geopolítica imperial. Não devemos confundir esta perspectiva comum entre os autores aqui apontados como uma identidade local que apontasse, à época, para uma unidade política, muito pelo contrário, havia no interior da América portuguesa conflitos e projetos em disputa que não cabe aqui explorar, nem era esta nossa intenção. Mas, em comum, a forte noção de uma unidade geográfica, o Brasil, que deveria se constituir como parte importante para a geopolítica de Portugal, inclusive no longo período em que esta área esteve ligada aos Habsburgos espanhóis, e sendo importante no processo de Restauração de Portugal, quando o Brasil tornou-se imprescindível para a geopolítica lusa.

Fontes

ANCHIETA, José (1946). *A província do Brasil (1585)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.

- BRANDAO, Ambrosio Fernandes (s.d.). *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora (segundo edição da Academia Brasileira, corrigida e aumentada com notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão).
- CARDIM, Fernão (1980). *Tratados da Terra e do Clima do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP.
- LEITE, Serafim (1954). *Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil (CPJB)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 3 volumes.
- PISO, Guilherme (1957). *História Natural e Médica da Índia Ocidental. (1658)*. Rio de Janeiro, MEC, Instituto Nacional do Livro.
- SALVADOR, Frei Vicente de (1918). *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos.
- SOUSA, Gabriel Soares de (1938). *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira, vol. 117.
- VASCONCELOS, Simão de (1864). *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro. Typographia de João Ignacio da Silva. (Acrescentada com uma introdução e notas históricas e geográficas pelo cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Ribeiro).

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Luis de (1987). *As navegações e sua projeção na ciência e na cultura*. Lisboa: Gradiva.
- _____. (1989). *A náutica e a ciência em Portugal; notas sobre as navegações*. Lisboa: Gradiva.
- ATRAN, Scot (1990). *Cognitive foundations of Natural History: towards an anthropology of science*, Cambridge: University Press.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller (1995). O Cometa, o pregador e o cientista; Antonio Vieira e Valentin Stansel observam o céu da Bahia no século XVII. *Revista da SBHC*, n. 14, pp. 37-52.
- _____. (2004). Baroque Science between the Old and the New World: Father Kircher and His Colleague Valentin Stansel (1621/1705). In: FINDLEN, Paula. (Ed.). *Athanasius Kircher: the last man who knew everything*. Nova York: Routledge, pp. 311-328.
- _____. (2005). O paraíso proibido. A censura à Chronica de Simão de Vasconcelos em 1663. In: FIGUEROA, Luis Millones e LEDEZMA, Domingo (Eds.) *El saber de los jesuitas, historias naturales y el nuevo mundo*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, pp. 109-132.
- _____. e CAROLINO, Luis Miguel (Coord.) (2005). *Jesuítas, ensino e ciência- séculos XVI – XVIII*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- CAPEL, Horacio (1999). A América no nascimento da geografia moderna: das crônicas medievais às crônicas sobre as Índias, passando por Plínio e pelo descobrimento das novas terras. In: CAPEL, Horacio. *O nascimento da ciência moderna e a América*. Maringá: UEM, pp. 45-80.
- CORTESÃO, Jaime (1956). *Pauliceae Lusitana Monumenta Histórica*, volume I. Lisboa: Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956.
- CORTESÃO, Jaime (1965). *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 2 volumes.

- EISENBERG, José (2000). *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: UFMG.
- FIGUEROA, Luis Millones e LEDEZMA, Domingo (Eds.) (2005). *El saber de los jesuitas, historias naturales y el nuevo mundo*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana.
- GARCIA, João Carlos e ALMEIDA, André Ferrand (2014). Imagens do império atlântico português: análise de uma carta-portulano quinhentista. In: GESTEIRA; CAROLINO e MARINHO (Orgs.). *As formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 171-190.
- GESTEIRA, Heloisa (2004). A cura do corpo e a conversão da alma. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.5, pp.71 - 95.
- _____ (2008). As virtudes das plantas: circulação de ideias e práticas médicas na América, séculos XVI-XVIII. In: ALMEIDA, Marta de e VERGARA, Moema de Rezende (Orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, pp. 377-388.
- GESTEIRA; CAROLINO e MARINHO (2014). *As formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- JARDINE, N., SECORD, J. A. e SPRAY, E. C. (Eds.) (1992). *Cultures of Natural History*. Cambridge: University Press.
- LEITE, Serafim (1953). *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549 / 1760)*. Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- LENOBLE, Robert (1990). *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70.
- LOWOOD, Henry (1995). The New world and the European catalog of nature. In: KUPPERMAN, Kren. *America in European consciousness: 1493/1750*. Virginia: University of North Carolina Press.
- MORAES, Antonio Carlos Robert (2000). *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: HUCITEC.
- ROMANO, Antonella (1997). Les Colleges jésuites, lieux de la sociabilité scientifique 1540/1640. *Bulletin de la Société d’Histoire Moderne et Contemporaine*, n. 3-4, pp. 6 – 20.
- RUSSEL-WOOD (1992). *A world in the move: the portuguese in Africa, Asia and America: 1415/1808*. New York: St. Martin’s Press.
- SEED, Patrícia (1999). *Cerimônias de posse na conquista européia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo. UNESP.
- ZERON, Carlos Alberto e RUIZ, Rafael (2008). A força do costume, de acordo com a Apologia pro Paulistis (1684). In: ALMEIDA, Marta de e VERGARA, Moema de Rezende (Orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, pp. 359-376.